EXAME DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

TC - 026.060/2008-9	ESPÉCIE RECURSAL: Recurso de Reconsideração
ENTIDADE/ÓRGÃO: Hospital Cristo	DELIBERAÇÃO RECORRIDA:
Redentor S.A.	Acórdão 10396/2011 (peça 18, p. 22/25), mantido
RECORRENTE: Prohosp Comércio e	pelo Acórdão 2072/2012 (peça 45).
Representações de Produtos Hospitalares	COLEGIADO: 1ª Câmara.
Ltda.	ASSUNTO: Tomada de Contas Especial/Embargos
QUALIFICAÇÃO: Responsável.	de Declaração.
	ITENS RECORRIDOS: 9.2.2, 9.3 e 9.4 do Acórdão
	10396/2011.

2. EXAME PRELIMINAR	Sim	Não
2.1. HOUVE PERDA DE OBJETO?		X
2.2. SINGULARIDADE: O recorrente está interpondo a espécie de recurso pela		
primeira vez?	X	
2.3. TEMPESTIVIDADE:		
2.3.1. O recurso foi interposto dentro do prazo previsto na Lei Orgânica e no Regimento		
Interno do TCU?	X	
Data de notificação da deliberação original: 27/12/2011 (peça 19, p. 30).		
Data de protocolização dos Embargos de Declaração: 6/1/2012 (peça 32, p. 1).		
Data de notificação dos Embargos de Declaração: não há.*		
Data de protocolização do recurso: 27/1/2012 (peça 40, p. 1).		
*Considerando que a oposição de embargos de declaração, ainda que interposto por terceiros,		
é causa de suspensão do prazo para interposição dos demais recursos (art. 34, § 2º da LOTCU), para a		
presente análise de tempestividade, devem ser considerados tanto o lapso ocorrido entre a data de		
notificação da decisão original e a data de oposição dos referidos embargos, quanto o prazo		
compreendido entre a notificação da deliberação que julgou aos embargos e a data de interposição do presente recurso.		
No entanto, não há que se falar em suspensão do prazo recursal face aos embargos, tendo em		
vista que a recorrente protocolizou o recurso antes mesmo do julgamento dos embargos, cuja data foi		
17/4/2012.		
2.3.2. O exame da tempestividade restou prejudicado por falta do ciente do recorrente	X	
ou por ausência da data de protocolização do recurso?		
2.3.3. Em sendo intempestivo, houve superveniência de fatos novos?	N/a	
2.4. LEGITIMIDADE:		
2.4.1. O recorrente é parte legítima para interpor o recurso?	X	
Justificativa: Trata-se de recurso interposto por responsável já arrolada nos autos, nos		
termos do art. 144, §1°, do RI/TCU.		
2.4.2. Em caso de representação processual, foi apresentada regular procuração?	X	
(peça 28, p. 4).		
2.5. INTERESSE: Houve sucumbência da parte?	X	
2.6. ADEQUAÇÃO: O recurso indicado pelo recorrente é o adequado para impugnar a		
decisão recorrida?	X	
Cumpre esclarecer que a recorrente interpôs expediente denominado de Pedido		
de Reconsideração, modalidade recursal não prevista nos normativos desta Corte. Por		
se tratar de Tomada de Contas Especial, não há óbice a que a peça seja conhecida como		
Recurso de Reconsideração, na forma do disposto do art. 32, inciso I, e 33 da Lei		
8.443/1992.		
2.7. OBSERVAÇÃO:		
Cumpre esclarecer que foram interpostos Recursos de Revisão pelos		
Cample escialecei que foram merpostos recursos de revisão pelos		

2. EXAME PRELIMINAR	Sim	Não
responsáveis Orthomed - Comércio e Representações Ltda. (peça 52) e Mauro de		
Oliveira Lucas (peça 53) contra o Acórdão 10396/2011-TCU-1ª Câmara (peça 18, p.		
22/25).		
Dessa forma, após o julgamento do presente Recurso de Reconsideração,		
propomos o sorteio de novo relator para os Recursos de Revisão interpostos nas peças		
52 e 53.		

CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO PRELIMINAR

	• , 1	1	4	~
Hm	virtude	· do	evnosto	nronoe-ce.
	viituuc	uU	CAPOSIO	propõe-se:

- 3.1. conhecer do Recurso de Reconsideração, nos termos dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, suspendendo-se os efeitos dos itens 9.2.2, 9.3 e 9.4 do acórdão recorrido, somente em relação à empresa Prohosp Comércio e Representações de Produtos Hospitalares Ltda., com fulcro no art. 285, caput, do RI/TCU, e art. 48, § 2°, da Resolução-TCU 191/2006;
- 3.2. encaminhar os autos ao gabinete do relator sorteado para apreciação da admissibilidade do

presente recurso, nos termos do <i>caput</i> dos artigos 48 e 50 da Resolução/TCU 191/2006, com redação						
dada, respectivamente, pelos artigos 40 e 41 da Resolução/TCU 233/2010 e Portaria/Serur 2/2009.						
SAR/SERUR, em 21/5/2012.	Carlos Alberto F. da Silveira					
	TFCE-CE – Mat. 1627-6	Assinado Eletronicamente				